

ACÇÃO URGENTE

ADVOGADO E ACTIVISTA EM RISCO DE PASSAR 10 – 15 ANOS NA PRISÃO

O advogado de direitos humanos **Arão Bula Tempo** foi libertado condicionalmente no dia 13 de Maio. Contudo, o activista de direitos humanos **José Marcos Mavungo** permanece detido na Cadeia Civil da Comarca de Cabinda enquanto as autoridades continuam a conduzir investigações ao seu caso. Ambos foram separadamente acusados de crimes contra a segurança do Estado e estão em risco de serem sujeitos a penas de 10 a 15 anos de prisão.

O defensor dos direitos humanos **Arão Bula Tempo** foi libertado condicionalmente, a aguardar julgamento, no dia 13 de Maio, após dois meses na prisão, apenas motivada pelo seu envolvimento na organização de uma manifestação pacífica para denunciar a corrupção, as violações dos direitos humanos e a má governação em Cabinda, Angola. O protesto teria tido lugar no dia 14 de Março, o dia em que foi preso. Como condição para a sua libertação, Arão Bula Tempo está proibido de sair do país sem a autorização das autoridades estatais encarregadas do seu caso. Arão Bula Tempo foi indiciado, no dia 20 de Março, por “colaboração com estrangeiros para constringer o Estado angolano”. Pode vir a enfrentar até 10 anos de prisão se for condenado.

José Marcos Mavungo, defensor dos direitos humanos, preso e detido no mesmo dia que Arão Bula Tempo por ligação com a organização da marcha de protesto pacífica, continua detido enquanto prosseguem as investigações ao seu caso. O seu estado de saúde é preocupante, pois sofre de problemas cardíacos graves e de uma inflamação no fígado. As autoridades recusaram autorização para o seu médico pessoal o tratar com regularidade. Tem também recebido visitas de oficiais do exército na sua cela, a altas horas da noite, por razões desconhecidas.

Dois dias após a sua prisão, José Marcos Mavungo foi acusado de sedição, mas mais tarde as autoridades decidiram proceder a mais investigações ao seu caso e alteraram a acusação de sedição para a de rebelião, sem alterarem os factos relacionados com o crime. O crime de rebelião acarreta uma pena máxima mais pesada, de 15 anos.

Por favor escreva imediatamente em português, inglês ou na sua língua:

- Apelando às autoridades angolanas para que libertem imediata e incondicionalmente José Marcos Mavungo;
- Instando as autoridades angolanas para que assegurem que José Marcos Mavungo deixe de ser sujeito a mais maus-tratos e que lhe seja proporcionado acesso a assistência médica e a cuidados médicos apropriados enquanto aguarda a sua libertação incondicional;
- Apelando às autoridades angolanas para que anulem todas as acusações contra ambos os defensores dos direitos humanos, pois foram apenas indiciados devido ao seu trabalho em prol dos direitos humanos;
- Exortando as autoridades angolanas a acabar com a prática das prisões arbitrárias, perseguição e intimidação de defensores dos direitos humanos em Angola.

POR FAVOR ENVIE OS APELOS, ATÉ AO DIA 6 DE JULHO DE 2015, PARA:

Ministro das Relações Exteriores
 Jorge Rebelo Chicoti
 Ministério das Relações Exteriores
 Palácio do Comércio
 Avenida Comandante Gika
 Luanda
 República de Angola
 Saudação: A Sua Excelência

Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos
 Rui Jorge Carneiro Mangureira
 Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
 Rua 17 Setembro, Nº 32
 CP 1986
 Luanda
 República de Angola
 Saudação: A Sua Excelência

Procurador-Geral da República
 Dr. João Maria Moreira de Sousa
 Procuradoria-Geral da República
 Rua 17 Setembro
 Largo do Amor, Vila Alice
 Luanda
 República de Angola
 Saudação: Exmo. Dr.

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



Por favor envie também cópias para os representantes diplomáticos acreditados no seu país. Por favor introduza as moradas dos representantes diplomáticos locais abaixo:

Name Address 1 Address 2 Address 3 Fax Fax number E-mail Email address Saudação Salutation

Por favor verifique junto do escritório da sua secção da Amnistia Internacional caso envie os apelos após a data acima indicada Esta é a primeira actualização da AU 78/15. Mais informação: <https://www.amnesty.org/en/documents/AFR12/1389/2015/en/>

ACÇÃO URGENTE

ADVOGADO E ACTIVISTA EM RISCO DE PASSAR 10 – 15 ANOS NA PRISÃO

INFORMAÇÃO ADICIONAL

As diversas autoridades angolanas responsáveis pela segurança do Estado respondem frequentemente com repressão e violência à contestação. A Amnistia Internacional documentou a forma como os direitos de liberdade de expressão, associação e reunião pacífica têm sido ilegalmente limitados em Angola no seu relatório *Punindo a Contestação: Supressão da Liberdade de Associação e Reunião em Angola* (Índice AFR 12/004/2014).

Alguns dos que desafiaram o governo do Presidente José Eduardo dos Santos sofreram execução extrajudicial, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura. Apesar de a liberdade de expressão, associação e reunião pacífica estar claramente consagrada na constituição do país e em vários tratados internacionais que Angola assinou e ratificou, continuam a ocorrer violações destes direitos.

Nomes: Arão Bula Tempo, Marcos Mavungo
Género m/f: m

Mais informação AU: 78/15 Índice: AFR 12/1697/2015 Data de emissão: 25 de Maio de 2015

**AMNESTY
INTERNATIONAL**

